

Território, Estratégias Empresariais e Competitividade

O caso da Península de Setúbal

Coordenador do Projecto: António José Almeida
Escola Superior de Ciências Empresariais

Introdução

A problemática da competitividade tem vindo a adquirir nas últimas décadas uma nova centralidade quer ao nível do debate académico, envolvendo uma multiplicidade de campos disciplinares, quer ao nível do processo de tomada de decisão política independentemente de essa decisão política se verificar nos planos individual, regional, nacional ou internacional. Esta nova centralidade decorre de dois fenómenos que se têm vindo a desenvolver paralelamente: o desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação e a crescente globalização dos sistemas económicos.

Ao dar forma a um novo paradigma técnico-económico, as transformações em curso nas sociedades contemporâneas têm vindo a colocar novos desafios à capacidade humana para encontrar novos pontos de equilíbrio entre um crescente determinismo económico, resultante da mobilidade das mercadorias e do capital, e uma crescente desregulamentação social, resultante de uma concorrência cada vez mais forte e implacável.

É no quadro desta nova era de globalização económica, a qual implica a passagem de um paradigma competitivo centrado em factores estáticos como seja a disponibilidade de recursos naturais e de recursos humanos abundantes e a baixo custo, para um paradigma assente em factores dinâmicos em que a inovação, a internacionalização e a qualidade dos recursos humanos, que nos propomos discutir a articulação entre os processos de desenvolvimento competitivo territorial, as estratégias empresariais e os recursos humanos.

Esta triangulação dos enfoques que orientam a nossa abordagem implicam a mobilização de um quadro teórico de referência capaz de articular contributos de diferentes disciplinas no campo das ciências sociais, exercício porventura complexo mas essencial para uma melhor compreensão das estratégias dos diferentes actores que participam na estruturação dos processos de desenvolvimento.

Ao eleger como objecto empírico do nosso estudo a Península de Setúbal, move-nos não só um interesse "político", dada a nossa pertença a um dos actores institucionais com responsabilidades em tais processos de desenvolvimento, mas também, e sobretudo, um interesse mais estritamente académico, dado estarmos perante um território cujo processo histórico de desenvolvimento reflecte com particular acuidade as transformações paradigmáticas a que aludimos anteriormente.

Do ponto de vista metodológico, a prossecução do estudo teve em conta o recurso a uma multiplicidade de fontes de informação, das quais destacaríamos:

- trabalhos académicos e publicações científicas que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo das duas últimas décadas e cuja riqueza empírica e heurística se mostrou de enorme utilidade;
- documentos de estratégia de desenvolvimento e de política regional com particular destaque para a Operação Integrada de Desenvolvimento, o Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo e para o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal;

- fontes estatísticas diversas, das quais destacaríamos os Quadro de Pessoal do DEEFP do Ministério do Trabalho e Solidariedade a partir dos quais procuramos proceder a uma caracterização diacrónica de algumas variáveis que caracterizam o funcionamento do mercado de trabalho no território em análise;
- por último, recorreremos a um conjunto de estudos de caso com vista à caracterização das estratégias empresariais que têm vindo a ser adoptadas pelas empresas localizadas na Península, com particular destaque para as empresas multinacionais dado serem aquelas que melhor reflectem as consequências da globalização.

Os resultados apresentados neste relatório, ao reflectirem um conjunto de pressupostos teórico-metodológicos, procuram contribuir com um olhar crítico para o debate que tem vindo a ocorrer em torno das potencialidades e vulnerabilidades do processo de desenvolvimento da Península de Setúbal.

Em consequência das opções epistemológicas enunciadas, o relatório estrutura-se da seguinte forma: numa primeira parte procuramos explicitar alguns dos contributos teóricos que enformam a nossa abordagem, nomeadamente no que respeita à compreensão do fenómeno da competitividade e dos seus pressupostos bem como à sua relação com o território; numa segunda parte procuramos proceder a uma caracterização das trajectórias industriais que estruturam o processo de desenvolvimento da Península de Setúbal assim como do modo como as estratégias empresariais interagem com as dinâmicas do mercado de trabalho; numa terceira parte procuramos dar conta das estratégias de desenvolvimento preconizadas pelas diferentes entidades com responsabilidades na gestão do território nomeadamente a CCRLVT e a AMDS.

1.1. Territorialização e competitividade

No actual contexto de desenvolvimento competitivo, os sistemas económicos parecem estar confrontados com alguns efeitos contraditórios resultantes de um aparente choque entre a globalização e a territorialização das actividades produtivas. Se, por um lado, se assiste à crescente globalização das actividades económicas, o que implica uma desterritorialização da economia e da sociedade a qual é potenciada pelo informatização (Castells, 1998), por outro, constata-se que os processos de desenvolvimento económico procuram cada vez mais explorar *nichos de vantagens competitivas* territorialmente diferenciadas.

Entendida como a "capacidade que as empresas, as indústrias, as regiões, as nações e as regiões supranacionais têm de gerar, quando expostas à concorrência internacional, níveis de rendimento e de emprego relativamente elevados" (cit in Mateus et al, 2000: 49), o conceito de competitividade pressupõe quatro condições básicas (Freire de Sousa, 1999): capacidade para responder eficazmente aos mercados e à competição global, a existência de mecanismos de livre concorrência,

a sua sustentabilidade e a sua capacidade em contribuir para a melhoria dos níveis de vida da população. Entendida no quadro destes pressupostos, a competitividade implica não só um modelo de concorrência orientado para a eficácia económica mas também para a sustentabilidade ecológica e para a coesão social.

Se no passado, a competitividade resultava fundamentalmente da exploração de condições naturais como seja a disponibilidade de matérias-primas e/ou de elevados contingentes de mão-de-obra desqualificada e a baixo custo, elementos estruturadores do modelo fordista de produção no qual as economias e as empresas procuravam, e procuram ainda hoje, explorar as suas vantagens comparativas, com a mudança de paradigma técnico-económico (Freeman et Soete, 1987; Salavisa, 1991), de que a inovação tecnológica e a globalização são as principais bandeiras, a competitividade passa a resultar da disponibilidade de um conjunto de outros factores, vantagens competitivas, cujas sinergias potenciem a configuração de um sistema de inovação o qual *«é constituído pelos elementos e relações que interagem na produção, difusão e na utilização de um novo conhecimento economicamente viável»* (Lundvall, 1992: 2).

Este sistema, que Freeman designa por sistema nacional de inovação, *«compreende todas as instituições que afectam a introdução e difusão de novos produtos, processos e sistemas...»* (cit. in Lundvall, 1992: 169), sendo a sua importância estratégica determinada pelo facto de a inovação se ter tornado indubitavelmente num componente crítico da competitividade moderna. O interessante desta abordagem é que, ao territorializar os processos de inovação, tem em conta não só a dimensão técnico-económica da inovação mas também a sua dimensão sócio-cultural. É que, se considerarmos a definição de sistema de inovação em sentido lato ele abrange não só a estrutura económica mas também as instituições de investigação, a base institucional, o sistema produtivo, o sistema de marketing, o sistema financeiro e o sistema de educação/formação (Lundvall, 1992). É pois a partir da articulação de todas estas dimensões que o sistema de inovação se estrutura, independentemente do nível de análise considerado.

Privilegiando a análise das dinâmicas industriais regionais a partir da identificação dos factores de localização, os quais pressupõem bases sócio-institucionais territorialmente diferenciadas, Delaplace (1993) chama à atenção não só para o conjunto de factores que induzem a localização de actividades económicas tecnologicamente avançadas mas também para o facto desses factores se articularem de forma distinta em função das características industriais do território.

Considerando quatro tipos diferenciados de territórios - de industrialização antiga, pouco industrializado, metrópole e suburbano - o mesmo autor chama a atenção para a forma como cada um destes territórios potencia factores de atracção/repulsão específicos, remetendo o debate para a sua inexorável relatividade.

Num outro texto que privilegia igualmente o enfoque nos factores de localização, Stohr (1986), num levantamento com base nos autores mais relevantes para a análise desta problemática, identifica alguns dos factores cuja presença é mais estruturante e que devem ser tidos em conta na análise da capacidade de atracção por parte de um dado território de investimentos produtivos qualificantes:

- Universidades;
- Centros de investigação;
- Mão-de-obra qualificada;
- Ambiente agradável (natural e construído);
- Oferta cultural, educativa, etc.;
- Base urbana diversificada (indústria, serviços, administração, etc.);
- Elevada percentagem de pequenas e médias empresas;
- Serviços de consultadoria e informação;
- Aeroporto e rápidos acessos;
- Bons acessos à rede de telecomunicações;
- Disponibilidade de capital de risco.

Se a verificação simultânea de todos estes factores configura um modelo teórico que potencia a inovação num contexto regional, no plano empírico constata-se que *"a inovação, geralmente, parece ser criada pela interacção entre estes e outros factores em diferentes ambientes locais ou regionais"* (Stohr, 1986: 32).

Exemplos da diversidade de formas de articulação entre os diversos factores de localização e os contextos regionais e, concomitantemente, das configurações específicas do sistema regional de inovação, não faltam na literatura contemporânea onde distritos industriais italianos, sistemas produtivos locais franceses, tecnopólos japoneses, etc., são das referências mais citadas (cf. Benko e Lipietz, 1994; Braczyk et al, 1998; Kovács e Castillo, 1998; etc.).

Da articulação entre uma concepção mais centrada no sistema de inovação que privilegia a análise das estruturas institucionais e uma outra que ao enfatizar os factores de localização privilegia a disponibilidade de recursos potenciados pelas sinergias territoriais, nasce a necessidade de perspectivar a problemática da competitividade territorial a partir de duas bases distintas mas complementares: uma de carácter institucional e outra de carácter relacional.

A primeira, parte da identificação das estruturas institucionais de apoio ao desenvolvimento competitivo do tecido industrial da região, assentando no princípio de que o aspecto essencial da localização reside nas instituições que são criadas numa determinada área geográfica para favorecer as relações de cooperação entre as empresas (Gaffard, 1986).

A segunda, implica já uma análise das sinergias geradas pela presença num determinado espaço territorial do conjunto dessas instituições, as quais se traduzem na disponibilidade de recursos qualificados, e da forma como o sistema socioeconómico os capitaliza, reflectindo assim a capacidade para induzir ou não um modelo de desenvolvimento assente nos pressupostos do que tem vindo a ser designada por *região inteligente* (Ferrão, 1998).

Esta caracterização relacional é importante na medida em que não basta a presença de um conjunto de instituições no território para que os efeitos específicos sobre o desenvolvimento socioeconómico se façam sentir. É necessária a existência de estratégias adequadas por parte dos diferentes actores sociais por forma a tirar partido das sinergias daí resultantes.

Associado à configuração específica do sistema regional de inovação, entendido como o conjunto das instituições e das relações que num determinado território potenciam o desenvolvimento competitivo da sua base produtiva, está, por isso, o padrão de especialização económica da região e os factores de competitividade que o sustentam (Rodrigues, 1991), bem como a natureza das relações sociais que aí se estabelecem (Dunford, 1994). Daí que seja necessário o conhecimento do sistema produtivo regional quer no que respeita à estrutura sectorial, quer no que respeita às estratégias empresariais dominantes.

Contudo, segundo José Reis (1988), perspectivar a análise com base no conceito de sistema produtivo regional implica desde logo a verificação de alguns pressupostos teóricos tais como:

- a) a capacidade de acumulação de uma cultura técnica geradora de identidades territoriais;
- b) o estabelecimento de relações de interdependência entre as unidades económicas existentes no território.

Esta concepção induz a valorização das identidades regionais enquanto factor de competitividade assente em processos relacionais de ordem territorial e na mobilização de factores de produção espacialmente inscritos (Reis, 1988).

É nesta perspectiva que a afirmação da região enquanto *território competitivo* pressupõe "*que, para além das suas características económicas, o espaço geográfico, social e humano sejam objecto de uma avaliação da sua performance e da sua atitude para responder às necessidades da empresa*" (Kahn, 1993: 311). Não podemos, no entanto, deixar de chamar à atenção para o facto de que ao fazer assentar a sua legitimidade nas normas, nos valores e nas forças económicas e políticas dominantes em cada época histórica (Sainsaulieu, 1990), a empresa deve assumir a sua responsabilidade desenvolvendo políticas que, no mínimo, não contribuam para a erosão da coesão social.

Alguns exemplos internacionais têm vindo a reforçar a pertinência desta abordagem como se pode constatar a partir da literatura relativa ao que se convencionou designar por meios inovadores (Aydalot, 1986; Ratti, 1992; Rallet, 1993), de que são exemplo a Terceira Itália, Silicon Valley, Cambridge, a Estrada 128, etc.

Definindo a inovação, na óptica do desenvolvimento regional, como a criação de um meio capaz de responder aos desafios e necessidades da região através da sua própria experiência (Aydalot, 1986) e o meio como sendo constituído por um conjunto de relações que se estabelecem no interior de uma área geográfica contínua (Ratti, 1992), esta abordagem com base nos meios inovadores procura tirar partido das sinergias produzidas "*seja pelas relações informais resultantes da identidade, da proximidade e dum processo de criação resultante de um saber-fazer espontâneo, seja pelas formas territorializadas de estratégias que decorrem da natureza organizacional da rede*" (Ratti, 1992: 59).

Para além dos efeitos de arrastamento induzidos pelo mercado, o desenvolvimento destes meios inovadores tem sido fortemente influenciado por um

conjunto de instrumentos de política regional, orientados para a inovação, em que se incluem (Ratti, 1992): parques tecnológicos, estruturas de interface com as universidades e centros de investigação; formação permanente; reforço do potencial de investigação e de formação avançada, etc.

Contudo, não podemos esquecer que o impacto da aplicação destes instrumentos está fortemente associado quer ao nível de desenvolvimento competitivo das estruturas produtivas (Porter, 1990), quer às interdependências estruturais que configuram a especificidade das formações sociais (Maurice et al, 1982).

Daí que sejam múltiplas as configurações assumidas pelos sistemas regionais de inovação como se pode constatar a partir de alguns exemplos concretos. Os casos identificados e caracterizados por Stohr (1986) são sintomáticos de como as configurações institucionais e culturais específicas de cada região induzem modelos diferenciados.

Partindo de uma outra perspectiva, mas demonstrando igualmente a multiplicidade de configurações assumidas por diferentes espaços territoriais, João Ferrão (1992) analisa, a partir de três variáveis seleccionadas, algumas das suas especificidades, as quais, segundo o autor, implicam a verificação dos seguintes pressupostos comuns:

- Existência de uma forte integração produtiva, a qual decorre da concentração territorial de um conjunto de empresas;
- Desenvolvimento de relações não-mercantis sob a forma de modalidades de cooperação ou outras entre a base produtiva e a base institucional de apoio à inovação;
- Importância das relações informais, assentes no conhecimento e na confiança pessoal, na aceleração da circulação da informação e do saber.

O corolário da verificação destes pressupostos é que, a integração territorial que lhe está subjacente *«surge como um factor particularmente propício à intensificação de relações e de formas de pertença social não-funcionais nem institucionalizadas»* (Ferrão, 1992: 34).

Do conjunto das referências teóricas enunciadas, é possível partir do axioma segundo o qual a capacidade de desenvolvimento competitivo de um dado sistema produtivo territorializado está fortemente associada à base institucional de apoio à inovação, nas suas diversas dimensões, e às formas de interacção social que lhe estão subjacentes.

1.2. Estratégias empresariais e inserção territorial

A configuração de um sistema regional de inovação não pode deixar de estar associada a um conjunto de factores que passam pelas características específicas do seu tecido empresarial. Essas características traduzem-se não só no padrão de especialização dominante e nos factores de competitividade que o sustentam, mas

também nas estratégias desenvolvidas pelas empresas no sentido de garantir a prossecução dos seus objectivos socioeconómicos.

Quando analisamos regiões onde a presença de empresas multinacionais é particularmente significativa, não basta estabelecer categorias analíticas em função dos segmentos mais representativos da estrutura empresarial, é igualmente necessário identificar as estratégias que estão subjacentes à presença dessas multinacionais na região/país.

Se no que respeita às empresas de base nacional/regional é possível esperar uma maior ligação ao meio, fundamentalmente devido ao facto de terem uma forte ligação com o tecido social em que se inserem, em virtude da proximidade dos seus líderes à comunidade e aos problemas socioeconómicos com que esta se depara (Sousa, 1989; Bureau et al., 1989), já no que respeita às empresas de base multinacional tal ligação pode não ser tão imediata dado que estas tendem a definir as suas estratégias de localização com base numa racionalidade estritamente económica (Beaumert et al., 1991).

Do ponto de vista heurístico esta clivagem entre empresas de base nacional e empresas de base multinacional, a qual também se pode verificar entre empresas de pequena e grande dimensão (Bureau et al., 1989), configura modos de inserção no tecido socioeconómico das regiões potencialmente diferenciados.

Contudo, não podemos deixar de ter em conta que os dois grupos de empresas considerados possuem capacidades negociais bastante desiguais, quer com os poderes públicos, quer com os restantes parceiros socioeconómicos, o que pode induzir a atribuição de vantagens e o estabelecimento de relações privilegiadas com os grupos económicos mais fortes.

No caso das empresas multinacionais, em regra de grande dimensão, é particularmente relevante analisar as suas estratégias por forma a compreender os modos diferenciados como estas se relacionam com o meio socioeconómico em que se inserem e, em particular, o seu contributo para a estruturação de um sistema regional de inovação.

Alguns estudos que têm sido feitos, nomeadamente em França, sobre a relação entre a estratégia das empresas multinacionais e o desenvolvimento das regiões (Dupuy e Savary, 1987), chamam a atenção para o facto de que as diferentes estratégias correspondem diferentes potencialidades de inserção regional. Contudo, a concretização desse potencial de inserção depende do tipo de produção realizado na unidade empresarial, do tipo de desenvolvimento industrial da região em que está localizada e dos níveis geográficos de organização da produção adoptados pelo grupo multinacional.

A importância destes factores resulta do facto de no primeiro caso, a natureza do produto determinar as possibilidades e o tipo de aquisições que podem ser feitas ao exterior; no segundo caso, o nível e a natureza da industrialização regional determinar o tipo de bens e serviços que podem ser fornecidos pelas empresas regionais; no terceiro caso, a divisão do trabalho entre as diferentes unidades do grupo determinar a origem geográfica das compras, o destino geográfico das vendas, etc.

De acordo com a tipologia adoptada pelos autores, a qual foi criada por Savary no âmbito de um estudo sobre as multinacionais francesas, é possível identificar quatro estratégias diferenciadas (Dupuy e Savary, 1987):

- Estratégia de aprovisionamento, quando a produção no estrangeiro se destina à apropriação de recursos naturais para serem reimportados;
- Estratégia de mercado, quando a produção num determinado país se destina a aceder a esse mercado;
- Estratégia pura de produção, quando a produção num país com baixos custos de produção é reimportada para o país de origem;
- Estratégia de especialização internacional da produção, quando essa produção é reexportada e corresponde a uma opção de especialização das unidades em certos produtos ou em certos sub-conjuntos.

As diferentes estratégias enunciadas não só induzem o modo de inserção regional das unidades produtivas, na medida em que «*quanto mais a unidade está integrada no seio de um grupo, mais fraco é o seu potencial de inserção regional e nacional*» (Dupuy e Savary, 1987: 129), como também influenciam o padrão de especialização internacional das economias regionais.

Identificada a estratégia subjacente à presença da empresa multinacional num determinado território, torna-se pois possível categorizar as unidades produtivas relativamente às trajectórias tecnológicas dominantes, independentemente da origem do capital.

Se tivermos em conta a proposta de Pavitt (1984), podemos identificar quatro tipos diferenciados de empresas cujas características específicas resultam não só da sua ligação ao mercado mas também das fontes de informação tecnológica dominantes:

- Empresas dominadas pelos fornecedores;
- Empresas de produção intensiva em escala;
- Empresas fornecedoras especializadas;
- Empresas baseadas na ciência.

O interesse desta tipologia reside no facto de remeter não só para estádios de desenvolvimento competitivo diferenciados mas também por pressupor modos específicos de relacionamento com o meio e de autonomia estratégica.

Se considerarmos que a autonomia estratégica é determinada fundamentalmente pela origem da capacidade de decisão, interna ou externa à unidade produtiva, e pela capacidade de domínio sobre as diferentes funções empresariais, I&D, 'sourcing', marketing, etc., não será difícil pressupor que a origem do capital e o nível de desenvolvimento competitivo são variáveis centrais para compreender a intensidade e a qualidade da interacção da empresa com o meio e em particular com as estruturas de apoio à inovação (Rego et al, 1992).

A articulação entre as categorias de empresas e as estratégias das multinacionais enunciadas, permite sustentar a ideia de que são as empresas baseadas na ciência e

com capacidade de decisão estratégica própria aquelas que mais tendem a apostar na interacção com a base institucional do sistema regional de inovação.

2.1. Trajectórias industriais e coesão social

Historicamente marcada pelo peso da indústria na sua estrutura empresarial, a Península de Setúbal tem funcionado como uma espécie de balão de ensaio das políticas de desenvolvimento industrial. Se tivermos em conta as seis principais fases que, ao longo do presente século, marcaram a evolução do processo português de industrialização tardia, não há dúvida de que a região reflecte bem cada uma dessas fases (CCRLVT, 1987):

- 1.^a fase - Criação de unidades industriais de transformação de inputs fornecidos pelo sector primário, destinados ao mercado interno e colonial de bens de consumo correntes;
- 2.^a fase - Criação de indústrias de base ou intermédias em articulação com o desenvolvimento de infraestruturas relevantes para a difusão das tecnologias da "2.^a revolução industrial";
- 3.^a fase - Abertura comercial ao exterior com base em unidades de transformação incompleta de recursos naturais e de produção de bens de consumo final;
- 4.^a fase - Diversificação de actividades no quadro da plena afirmação de grupos económicos e num contexto de forte polarização europeia;
- 5.^a fase - Crise dos choques petrolíferos (73/74 e 80/81) e nacionalização das principais actividades económicas;
- 6.^a fase - Aceleração da internacionalização económica decorrente da adesão à Comunidade Europeia.

O facto da região ter passado por todas estas fases, contribuiu decididamente para a estruturação de uma dinâmica industrial sem paralelo no país, a qual se reflecte: na relativa diversificação sectorial, pese embora o tradicional peso da fileira metálica e química; na presença de um conjunto significativo de empresas de grande dimensão; na elevada presença do investimento directo estrangeiro; na forte abertura ao exterior quer por via das exportações quer por via das aquisições; no forte peso do emprego industrial; numa taxa de assalariamento e de feminização do mercado de trabalho acima da média nacional, etc.

No princípio do século, à semelhança do que se verificava no país, a industrialização era ainda relativamente incipiente, consubstanciando-se na existência de diversas fábricas de transformação de produtos agrícolas e da pesca e do fabrico de confeções. Contudo, emergia um dos complexos industriais que ainda hoje marca a história da Península - a Companhia União Fabril liderada por Alfredo da Silva.

Com o desenvolvimento de uma política industrial por parte do Estado Novo, consubstanciada no II e III Planos de Fomento (Esteves, 1991), em que o Estado

chamou a si alguns importantes investimentos no domínio das infraestruturas, de que a Ponte sobre o Tejo inaugurada em 1966 é um exemplo, os anos 60 marcam a intensificação do processo de industrialização conferindo à Península um estatuto de 'pólo industrial' em articulação com uma Lisboa cada vez mais terciarizada (UAOID/PS, 1992; Guerra, 1993).

Nasce assim aquilo que Céu Esteves (1991: 14) designa por "núcleo do sector industrial moderno", constituído pelas indústrias química (Cuf e Sapec), metalúrgica (Siderurgia), construção e reparação naval (Lisnave e Setenave), montagem de automóveis (Renault), papel (Portucel), etc.

Este processo de desenvolvimento industrial teve por base um conjunto de vantagens comparativas de carácter geográfico assente na existência de bons portos de mar, na disponibilidade de grandes quantidades de água para uso industrial e na centralidade da região, quer no contexto nacional quer relativamente às principais rotas do comércio internacional (cf. Preto, 1991; Ferreira, 1991; Catroga, 1991; CCRLVT, 1991), sendo alimentado por fluxos migratórios constituídos fundamentalmente por trabalhadores rurais alentejanos sem qualquer tradição industrial.

Estes fluxos são responsáveis pela crescente concentração demográfica de uma população auto-limitada nas suas aspirações socio-profissionais (Guerra, 1993) a qual, para além de funcionar como mecanismo regulador do mercado de trabalho, assegurando a manutenção da relação salarial fordista, induziu a localização de novas actividades económicas.

Condicionada pelo efeito de fronteira resultante da proximidade de Lisboa, a Península apresentou ao longo das últimas décadas um modelo de desenvolvimento atravessado por um conjunto de vulnerabilidades acentuadas pelo processo de terciarização de Lisboa, reforçando o seu papel de metrópole, o qual conduziu à criação de subúrbios industriais e residenciais de que os Concelhos ribeirinhos do norte da Península são exemplos paradigmáticos.

Este efeito de fronteira, não deixa certamente de gerar algum dinamismo socioeconómico, dado que integra a Península num território mais vasto, a Área Metropolitana de Lisboa, que constitui o maior mercado no contexto nacional e onde existe, para além dos serviços da administração pública, a maior concentração de serviços de educação, saúde, culturais, etc. Contudo, as consequências negativas de um tal efeito de fronteira estão igualmente presentes ao gerar factores de dependência impossibilitando dessa forma uma maior qualificação das estruturas económicas e sociais (Guerra, 1993) e ao provocar um fenómeno de alotropia¹, de que a importação do desemprego gerado na parte norte da Área Metropolitana foi e é, porventura, um dos fenómenos mais sintomáticos.

Alguns exemplos desta dependência são visíveis em fenómenos resultantes: da localização das sedes das principais empresas em Lisboa; da inexistência de organismos de apoio ao desenvolvimento industrial como, por exemplo, centros públicos de I&D, laboratórios de ensaio e calibração, etc.; da inexistência de

(1) Entende-se por alotropia o facto de alguns fenómenos económicos localizados num dado território serem frequentemente explicados por causas localizadas noutros territórios (Benko, 1999).

estabelecimentos de ensino superior (só em meados da década de 80 é que esta situação se inverte); dos fluxos pendulares de pessoas que exercem a sua actividade profissional em Lisboa e que no princípio da década de 80 atingiam mais de 20% dos activos residentes na Península, etc.

O conjunto dos elementos enunciados fundamentam a convicção de que a Península se desenvolveu «*com um défice de autonomia no que respeita à formulação das estratégias e comportamentos dos agentes económicos fundamentais, configurando-se muito mais como um 'território' sujeito a intervenções de agentes exteriores, do que como uma 'região' dotada de capacidade endógena de criação e articulação de unidades económicas*» (UAOID/PS, 1992).

É neste quadro que emerge a mais significativa crise económica e social que a Península conheceu desde o início do seu processo de industrialização a qual, apesar de ter sido despoletada ainda na década de 70, veio a ter o seu ponto alto na primeira metade da década de 80, culminando com o anúncio público por parte do Governo de uma Operação Integrada de Desenvolvimento em 1986, a qual veio a ser implementada no quinquénio de 1989-1993.

Os factores explicativos desta crise, que não foi apenas industrial já que afectou igualmente as restantes actividades económicas (Esteves, 1991), são múltiplos. Contudo, tal como é referido num dos estudos preparatórios da OID, ela representa fundamentalmente a «*falência de um modelo de desenvolvimento em que as economias de escala, as técnicas fordistas de organização da produção e a produção de massa de grandes séries detinham um papel determinante*» (MPAT, 1987: 104), ao que acrescentaríamos, igualmente, a falência de um modelo macrocéfalo de organização do território.

Apesar das especificidades da estrutura económica da Península, este modelo de desenvolvimento não deixava de ser o reflexo do modelo seguido a nível nacional. Daí que nos interroguemos sobre as características desta crise e suas consequências sociais. Estas características decorrem de facto de estarmos perante um modelo económico baseado num número reduzido de grandes unidades estruturadas em torno de um conjunto de sectores que entraram em crise em simultâneo (CCRLVT, 1987) e, por outro lado «*porque a pressão reestruturadora da aceleração do processo de internacionalização nela [Península] se fez sentir com muito maior intensidade*» (UAOID/PS, 1992: 39).

Acrescem a estas razões o facto de estarmos perante uma forte presença do Estado, resultado das nacionalizações, o qual, privilegiando o primado da tutela administrativa sobre a gestão empresarial (UAOID/PS, 1992), não teve a capacidade para proceder a uma gestão preventiva do processo de reconversão industrial e ao lançamento de novos investimentos produtivos (Esteves, 1991) e de um sindicalismo hegemónico, baseado na luta de classes, o qual contribuiu para o bloqueamento das relações sociais de trabalho (UAOID/PS, 1992; Lima et al., 1992).

No que respeita às consequências sociais, traduzidas nas elevadas taxas de desemprego e nos salários em atraso, a sua gravidade acentua-se não só pela forte proletarização da mão-de-obra e pela ausência de mecanismos de apoio social,

resultado do incipiente desenvolvimento do Estado-Providência em Portugal, mas também pela inexistência de factores amortecedores da crise como sejam a ligação à terra (agricultura a tempo parcial ou de subsistência) ou as redes de parentesco e de vizinhança, característicos de regiões com modelos de desenvolvimento assentes naquilo que João Ferrão (1985) designa por um 'proletariado mais flexível'.

Significa isto que, neste contexto específico, não funcionaram nem os mecanismos do Estado-Providência, nem os mecanismos da sociedade-providência (Santos, 1994) característicos das sociedades semiperiféricas, o que contribuiu decididamente para a crise social que se instalou.

2.2. Operação Integrada de Desenvolvimento: efeitos curativos e efeitos estruturantes

Lançada no âmbito do primeiro Quadro Comunitário de Apoio, a OID pretendia ser um instrumento capaz não só de inverter o agravamento da crise económica e social mas também, e sobretudo, de criar um modelo alternativo de desenvolvimento.

Contudo, é difícil vislumbrar nos objectivos propostos a possibilidade da emergência desse novo modelo, já que obedecem a uma lógica predominantemente reactiva: aproveitamento e valorização dos recursos endógenos; concentração na região de fluxos financeiros; criação de emprego por forma a reduzir a taxa de desemprego; melhoria das condições de vida da população; melhoria das condições ambientais; desenvolvimento de uma economia diversificada, moderna e competitiva e melhoria da imagem externa da Península.

De carácter predominantemente instrumental, estes objectivos manifestavam já preocupações algo diferenciadas daquilo que era indicado no estudo preparatório da OID em que se propunha como estratégia (MPAT, 1987: 14): "*A dotação da Península com infra-estruturas e equipamentos modernos e funcionais, a criação de um novo tecido empresarial assente no dinamismo das empresas de pequena e média dimensão, a formação de uma mão-de-obra de elevado nível de qualificação adequada ao aproveitamento das potencialidades da área, o acesso aos serviços de apoio às actividades produtivas e a difusão das novas tecnologias da informação...*".

Subjacente a esta proposta de estratégia estava a tentativa de reduzir as vulnerabilidades do tecido socioeconómico da região, apostando para isso na criação de infraestruturas avançadas, na formação dos recursos humanos, na inovação e numa rede de pequenas e médias empresas capazes de gerar aquilo a que à época se designava por uma *nuvem industrial flexível e inovadora* (Lima et al, 1992).

Fortemente dominado pelo investimento directo estrangeiro, e em particular pelo projecto Auto-Europa, o desenvolvimento industrial que se verificou no quadro da OID, para além de ter propiciado a modernização e expansão de um conjunto de unidades industriais já implantadas, induziu a localização de novos investimentos atraídos não só pelas condições específicas da região mas também pelos subsídios

e isenções fiscais concedidas pelo Estado, adoptando estratégias baseadas mais nos pressupostos das vantagens comparativas do que das vantagens competitivas.

Assim, tendo em conta os objectivos iniciais da OID, são de retirar três ilações que nos parecem particularmente relevantes:

- A primeira é a de que ao traduzir-se na agregação da generalidade dos programas públicos existentes para o país, a OID acabou por ver o seu valor acrescentado substancialmente reduzido em virtude de se ter esvaziado na lógica da concentração e aplicação de recursos financeiros;
- A segunda resulta da centralidade assumida pelo projecto Auto-Europa, o qual, para além de ter induzido a reprogramação da própria OID, absorveu uma parte substancial de recursos financeiros, gerando assim novas vulnerabilidades decorrentes da dimensão do projecto, da capacidade negocial da empresa-mãe e da localização do poder de decisão no exterior.
- Por último, pelo facto de as PME's terem ficado bastante à margem dos processos de modernização induzidos pela OID, não se lançaram bases suficientemente sólidas para a criação da desejada nuvem industrial flexível e inovadora.

A partir das conclusões enunciadas pode-se retirar a ideia de que, parafraseando Brandão Moniz (1989), a aplicação dos fundos estruturais, neste caso consubstanciados na OID, não obedeceu a uma estratégia de desenvolvimento regional suficientemente estruturada capaz de envolver os actores locais e de contribuir para gerar uma cultura de participação e de responsabilidade. Recorrendo à teoria dos contratos políticos (Chappoz, 1999), diríamos que não foram criadas as redes de confiança necessárias, verticais e horizontais, entre os diferentes líderes políticos, institucionais e socioeconómicos com vista à construção de um projecto global de desenvolvimento.

2.3. Da crise dos sectores tradicionais à emergência de novos segmentos de especialização industrial

Atravessada por um conjunto de transformações ao longo dos últimos anos, a estrutura industrial da Península é hoje marcada por novas dinâmicas resultantes não só do desenvolvimento de novos segmentos produtivos, mas também, e sobretudo, da crise dos segmentos tradicionais, a que se junta um processo de reestruturação sectorial e empresarial por forma a fazer face às consequências decorrentes da globalização dos mercados e da emergência de novos factores de competitividade.

Esta nova realidade, associada à transformação dos padrões de consumo, é, aliás, o grande desafio que se coloca às empresas da Península em virtude do incipiente desenvolvimento competitivo que as tem caracterizado.

As respostas que têm vindo a ser encontradas passam por soluções muito

diversas induzindo por isso processos de segmentação crescente do tecido industrial, segmentação essa traduzida em dicotomias tais como: multinacionais/empresas de capitais nacionais ou mistos, empresas voltadas para os mercados internacionais/empresas voltadas para o mercado nacional ou regional, empresas com elevado valor acrescentado/empresas com reduzido valor acrescentado, empresas utilizadoras de mão-de-obra qualificada/empresas utilizadoras de mão-de-obra desqualificada, etc.

Quadro 1

CAE	Peso no Emprego	Qualidade dos R.H.	VAB por Trabalhador	Mercado Dominante	Origem do Capital
Alimentação	Médio/Alto	Reduzida	Médio/Baixo	Nacional	Nac./Estr.
Rêxtil, Vest. e Couro	Médio/Alto	Reduzida	Baixo	Internac.	Nac./Estr.
Madeira e Cortiça	Médio/Alto	Reduzida	Baixo	Internac.	Nacional
Papel e Artes Gráficas	Médio	Média	Elevado	Nac./Inter.	Nacional
Química	Médio	Elevada	Médio/Alto	Nacional	Nac./Estr.
Min. não Metálicos	Reduzido	Reduzida	Médio	Nac./Reg.	Nacional
Metalurgia	Reduzido	Média	Médio	Nacional	Nac./Estr.
Metalomecânica	Muito elev.	Média	Médio/Baixo	Nac./Inter.	Nac./Estr.

Alguns indicadores qualitativos de caracterização da estrutura industrial

Fonte: Avaliação qualitativa efectuada pelos autores

A avaliação qualitativa expressa no quadro, e que se baseia em elementos estatísticos provenientes de diversas fontes², mostra não só que a estrutura industrial se caracteriza por uma grande diversidade inter-sectorial, apesar de continuar a existir um forte peso do emprego associado à fileira metálica, mas também que não existem relações lineares entre as diversas variáveis enunciadas.

Note-se, no entanto, que a apreciação evidenciada no quadro resulta de um olhar transversal pelo que esconde a multiplicidade de situações que caracterizam cada um dos sectores considerados e no interior dos quais existem, como tivemos oportunidade de constatar nos estudos de caso realizados, empresas que se integram num quadro competitivo bem mais dinâmico e de que a generalidade das multinacionais bem como as empresas de capitais nacionais mais expostas à concorrência parecem ser bons exemplos.

Recorrendo à evolução sectorial do emprego, cujo traço mais marcante é o da desindustrialização dado a forte diminuição do emprego industrial ao longo da última década e meia ao passar de 59% do emprego total em 1985 para 32% em 1997, propomos agora caracterizar algumas das tendências que marcam as mutações intra e inter-sectoriais em curso, tendo por referência os diferentes segmentos da indústria transformadora.

(2) Para a elaboração deste quadro tivemos em conta os dados dos Quadros de Pessoal, as Estatísticas Industriais e os estudos de caso.

Quadro 2

CAE	Empr. 1985	%	Empr. 1988	%	Empr. 1992	%	Empr. 1997	%
Alimentação	5733	9	5011	9	5146	10	4627	12
Têxtil, Vest. Couro	4812	8	6021	11	6407	13	4061	10
Madeira e Cortiça	5341	8	4093	8	3939	8	3626	9
Papel e Artes Gráficas	2194	4	2157	4	2205	4	2085	5
Química	10179	16	8870	17	4217	9	2667	8
Min. não Metálicos	2468	4	1890	4	1601	3	1320	3
Metarlugia	5177	8	4624	9	3265	7	2128	5
Metalomecânica	27220	43	20773	39	22371	45	18150	47
Outros	71	-	44	-	170	-	246	-
Total	63195	100	53483	100	49321	100	38910	100

Evolução dos TPCOs segundo os ramos de actividade industrial 1992

FONTE: DEEFP-MTS/Quadros de Pessoal

Os dados estatísticos, para além de evidenciarem a já referida desindustrialização, reflectem igualmente um conjunto de transformações estruturais no que respeita à evolução dos sectores. Neste sentido, merecem particular destaque os dados dos sectores da metalomecânica, da metalurgia e da indústria química, cuja evolução simboliza o desmoronamento de um modelo de desenvolvimento industrial centrado na grande empresa da indústria pesada. O fim da CUF/Quimigal, da Siderurgia e da Lisnave/Setenave, tal como se desenvolveram durante o Estado Novo e as conhecemos nos pós 25 de Abril com as respectivas nacionalizações, representa igualmente o desmantelamento de uma certa lógica de especialização funcional do território em que as zonas ribeirinhas adquiriam um considerável potencial industrial em função das condições naturais que ofereciam.

Se a evolução da estrutura sectorial do emprego reflecte a crise de um modelo de desenvolvimento industrial, ela é também o resultado da emergência de novas dinâmicas empresariais decorrentes, em grande parte, da concentração no território da Península de fortes contingentes de investimento directo estrangeiro (IDE) quer por via da criação de novas empresas, de que o caso da Autoeuropa é o exemplo paradigmático, quer por via das privatizações, de que são exemplos as aquisições das duas empresas industriais resultantes da reestruturação da antiga Siderurgia Nacional.

A conclusão que se pode retirar das principais dinâmicas intra-sectoriais, apesar do seu carácter heterogéneo, remete claramente para um conjunto de transformações induzidas por três tipos de fenómenos: reestruturação de alguns sectores, que se traduziu em reduções substanciais de emprego, em virtude do aumento da concorrência internacional; modernização de outros em resposta ao aumento da concorrência sobretudo no mercado nacional e, por último, crescimento com e sem modernização resultante fundamentalmente da penetração do investimento directo estrangeiro e dos apoios públicos à criação de novas unidades empresariais.

Apesar destas tendências serem relativamente transversais à estrutura industrial da Península, existem alguns segmentos que têm sido particularmente sensíveis às diferentes transformações em curso. Assim, as reestruturações têm afectado sobretudo os segmentos da indústria naval, siderúrgica e química pesada. A modernização tem sido particularmente visível nos segmentos da indústria alimentar, da cortiça, da química fina e do papel. O crescimento sem modernização tem caracterizado o segmento das confecções³ enquanto que o crescimento com modernização está patente nos segmentos da indústria automóvel e de material eléctrico e electrónico.

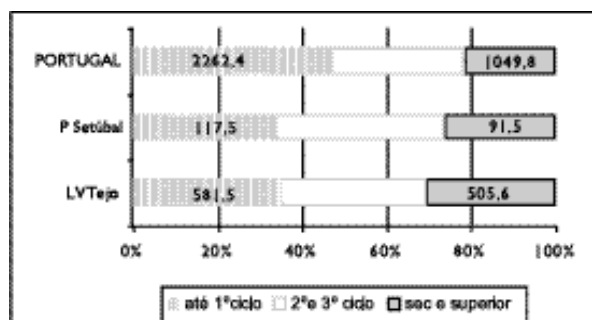
Note-se que esta tendência para a existência de dinâmicas sectoriais diferenciadas não é algo de específico das indústrias da Península já que num estudo recente para o OEPF, coordenado por Corado Simões (2000), se chamava igualmente à atenção para as diferenças inter-sectoriais tendo em conta o esforço de investimento⁴.

2.4. Competitividade e recursos humanos: emprego, níveis de habilitação e de remuneração

A discussão dos processos de desenvolvimento competitivo contemporâneos leva-nos a analisar o papel do sistema de educação/formação, uma vez que a educação e a formação são uma das condições intrínsecas da modernização e da competitividade que se queira baseada em factores dinâmicos. Deste modo, a análise das taxas de frequência escolar pode ser um dos indicadores para a caracterização do potencial de crescimento económico e de desenvolvimento no quadro no novo paradigma competitivo.

Gráfico 1

Nível de habilitações da população activa (2º sem / 1999)



Fonte: INE/Inq ao Emprego – NUTS III

(3) Note-se que este segmento apresenta uma forte quebra do emprego em 1997 o que resulta das estratégias que vinham sendo adoptadas, que ao caracterizarem-se por um modelo de desenvolvimento competitivo baseado em mão-de-obra intensiva, abriram caminho a fenómenos de deslocalização da produção.

(4) No referido estudo foram tidas em conta duas variáveis: esforço de investimento corpóreo e esforço de investimento em I&D.

A Península de Setúbal apresenta, no 2º semestre de 1999, um perfil semelhante ao da região de Lisboa e Vale do Tejo relativamente ao nível de habilitações da sua população activa. Este perfil caracteriza-se por uma elevada percentagem de activos (70% na RLVT e 74% na Península) que possuem até 9 anos de escolaridade, o que constitui um factor de fragilidade face às novas exigências da competitividade interna e externa das empresas.

A Península de Setúbal apresenta, contudo, uma característica diferente em termos nacionais que se traduz por um nível de instrução mais elevado, quer relativamente aos activos que possuem a escolaridade obrigatória (23% do total) quer relativamente aos licenciados (11% do total).

Entre 1986 e 1996, a alteração da estrutura de habilitações escolares do pessoal ao serviço no sector formal da economia na Península de Setúbal⁵, fez-se sentir ao nível do actual ensino secundário, correspondente ao curso complementar dos liceus, que passou de 3,5% em 1986 para 16,5% em 1996. Esta melhoria da estrutura de habilitações verificou-se em simultâneo com uma descida acentuada dos trabalhadores que possuíam os cursos técnicos, indiciando um possível efeito de substituição, e com um ligeiro aumento dos trabalhadores que possuem a licenciatura (acréscimo de 0,4% em dez anos).

Quadro 3
Habilitações escolares dos TPCOs na Península de Setúbal

	Península de Setúbal						L. V.Tejo	Continente
	1986		1991		1996		1996	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	%	%
não sabe ler	4259	4.3	2640	2.4	–	–	–	–
sabe ler	5351	5.4	3146	2.9	3309	2.9 a)	2.7	3.0
4 anos	55635	56.3	56189	51.2	43646	38.2	34.1	40.1
6 anos	13010	13.2	18226	16.6	19800	17.3	17.1	22.5
9 anos	6118	6.2	11613	10.6	22571	19.8	18.4	14.7
11/12 anos	3464	3.5	7283	6.6	18819	16.5	18.5	13.8
técnico e outros	11119	8.1	6996	6.4	212	0.2 b)	0.3	0.2
médio e bacharel	825	1.3	1497	1.4	3304	2.9 c)	2.5	1.8
licenciatura	816	1.8	2144	2.0	2553	2.2	6.4	3.9

a) ensino básico b) escolas profissionais c) inclui só bacharel

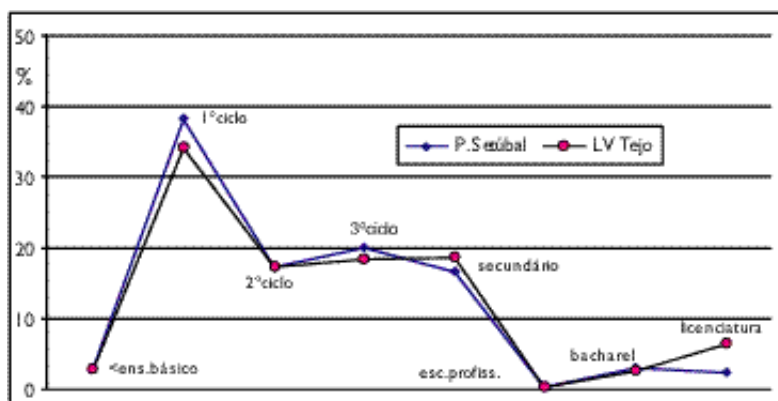
Fonte: Quadros de Pessoal, MTS

Se se entender a escolaridade obrigatória como indicador de baixa escolaridade, o peso dos trabalhadores por conta de outrem que possuem este nível habilitacional era de 81% em 1986, situando-se em 78% em 1996, constituindo este valor um dos potenciais obstáculos a uma transformação qualitativa do tecido empresarial e, concomitantemente, do desenvolvimento integrado do território.

(5) Dados disponibilizados pelo DETEFP- Quadros de Pessoal

No ano lectivo 1995/1996 a Península de Setúbal tinha 9 estabelecimentos de ensino superior, sendo o ratio alunos por estabelecimento de 1278, valor ligeiramente inferior ao da Grande Lisboa (1414) sendo que esta região concentra a maioria dos estabelecimentos (88) e dos alunos (cerca de 90% do total dos 143.445 alunos inscritos no ensino superior na Região de Lisboa e Vale do Tejo).

Gráfico 2
Estrutura habilitacional dos TPCOs
na Região de Lisboa e Vale do Tejo e na Península de Setúbal (1996)



Fonte: Quadros de Pessoal/MTS

Em 1996, cerca de 66% e 74% do total dos TPCOs que possuíam, respectivamente, a licenciatura e o bacharelato, concentravam-se nos concelhos de Setúbal, Almada e Palmela o que reflecte a emergência de novos dualismos territoriais decorrentes não só das diferentes dinâmicas de desenvolvimento concelhio, muitas delas induzidas pela concentração de serviços públicos de nível superior, como são os casos de Setúbal e Almada, mas também induzidas pelas opções locativas de grandes projectos industriais de que a Autoeuropa é exemplo, como é o caso de Palmela.

O concelho de Palmela diferencia-se de todos os outros, por apresentar uma estrutura de habilitações escolares superior, no qual os TPCOs que possuem 12 anos de escolaridade representam 27% do total dos trabalhadores e os licenciados e bacharéis 8%. Estes dados reflectem o dinamismo empresarial que o concelho sofreu nos anos mais recentes com a implantação do projecto Autoeuropa bem como com a localização de um conjunto de empresas que se articulam com a política de subcontratação da Autoeuropa.

Apesar da maioria da população empregada, na Península de Setúbal, ser trabalhador por conta de outrem (84% do total no 2.º semestre de 1999), a análise comparativa da distribuição da população activa e dos TPCOs por níveis de

habilitação evidencia diferenças significativas, sobretudo se tivermos em conta os dados relativos ao peso do ensino secundário e do ensino superior. As diferenças que os dados reflectem resultam indubitavelmente do incontornável fenómeno Autoeuropa que ao assentar numa mão-de-obra mais escolarizada, e dado o seu peso na estrutura do emprego no Concelho, gera um perfil de qualificações distinto dos restantes concelhos.

Quadro 4

Estrutura das habilitações dos TPCOs na Península de Setúbal por concelhos em 1996

	até 3.º Ciclo	Ensino Secundário	Bacharel e Licenciatura
Palmela	64.0	26.6	8.2
Almada	75.7	14.4	5.7
Setúbal	76.6	15.7	5.8
Barreiro	76.9	15.1	4.5
Seixal	77.2	16.2	3.5
Alcochete	80.3	8.1	3.0
Moita	81.4	13.1	2.0
Montijo	83.0	10.4	2.3
Sesimbra	86.2	8.8	2.7

Fonte: Quadros de Pessoal, MTS. 1996

O perfil de distribuição da população, quer activa quer dos TPCOs, pelos diferentes níveis de escolaridade constitui-se num dos estrangulamentos ao processo de desenvolvimento dado potenciar a localização de actividades económicas pouco exigentes em mão-de-obra qualificada, cujas expectativas salariais, como veremos de seguida, contribuem para a reprodução de um modelo de competitividade pouco orientado para os factores intangíveis.

Quadro 5

Distribuição percentual da população activa e dos TPCOs por nível de instrução

	Nenhum	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Superior
Pop. activa (INE 2.º sem 99)	5	28	18	23	15	11
TCO (QP97)	2.5	37	18	21	17	5

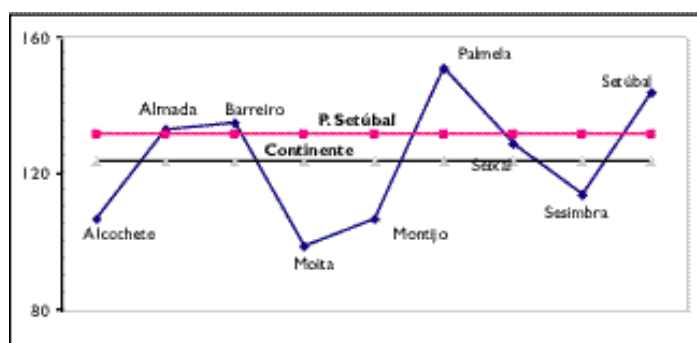
Fonte: INE/Inq ao Emprego – NUTSIII

A remuneração média mensal, entendida como o montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efectuadas, incluindo todos os subsídios e o pagamento de horas extraordinárias⁶, é outro dos indicadores de que nos podemos socorrer para compreender as dinâmicas competitivas dada a relevância do custo do factor trabalho quer para a reprodução de um modelo de competitividade baseado no custo dos factores, baixos salários, quer para a indução da inovação como forma de obter ganhos de produtividade compatíveis com um mercado de trabalho baseado em políticas avançadas de gestão de recursos humanos.

A análise da variável remuneração permite-nos equacionar os níveis de coesão social inter-territoriais a partir do grau de homogeneidade/heterogeneidade das remunerações auferidas. Propomo-nos, por isso, dar conta daquilo que são os perfis remuneratórios em função por concelho, por níveis de habilitação e por sexo, no período entre 1986 e 1996, tendo por base os dados dos Quadros de Pessoal.

Gráfico 3

*Remuneração média da Península de Setúbal e concelhos constituintes 1996
(preços de 1997)*



Fonte: Quadros de Pessoal/MTS

Em termos agregados é de destacar o facto de a Península de Setúbal, relativamente ao Continente, apresentar uma remuneração média superior⁷. Interpretada à luz da teoria do capital humano, este hiato é o reflexo da diferença na estrutura do capital humano medido em termos de níveis de habilitação escolar. Naturalmente que este não é o único factor interpretativo já que a diversidade de padrões de especialização económica e de condições sociais para a reprodução da mão-de-obra contribuem igualmente para esta distribuição das remunerações. A confirmar esta linha interpretativa está o facto de a remuneração média em Lisboa estar 23,5% acima da remuneração média da Península de Setúbal.

⁶Conceito utilizado nos Quadros de Pessoal.

⁷Apesar de apresentar uma remuneração média superior, um estudo recente (Mateus et al, 2000), que utiliza como indicador o PIB per capita, chama à atenção para o facto de a Península de Setúbal ter vindo a perder poder de compra em relação ao nível de vida médio do Continente.

No que respeita à média das remunerações no interior da Península, estas reflectem as características particulares do funcionamento dos mercados de trabalho locais, identificados aqui ao nível do concelho, que se traduzem na estruturação de dois perfis tipo: um primeiro perfil marcado pelos baixos níveis de remuneração que abrange os concelhos de Alcochete, Moita, Montijo e Sesimbra, nos quais se verifica um forte peso de actividades do sector primário e de indústrias tradicionais associado a uma reduzida terciarização; e um segundo perfil de níveis de remuneração acima da média que abrange os concelhos de Almada, Barreiro, Palmela, Seixal e Setúbal, os quais se caracterizam quer por um elevado nível de terciarização, como são os casos de Setúbal e de Almada, quer por um maior dinamismo industrial, como são os casos de Palmela, Barreiro e Seixal.

Os concelhos que apresentam um significativo crescimento real das remunerações entre 1986 e 1996, tomando 1986 como ano base, são os de Palmela, Almada e Montijo, em oposição ao concelho de Alcochete, que ao longo destes dez anos, teve um crescimento de apenas 3 por cento. Esta situação reflecte, quer a estrutura empresarial, quer a estrutura do emprego em termos de nível de escolaridade, nível de qualificações, sexo e grupo etário.

Se relacionarmos a variável remuneração com o poder de compra, constatamos que o efeito das remunerações elevadas verificadas nas empresas sediadas no concelho de Palmela acaba por se fazer sentir noutros concelhos dados os movimentos pendulares que caracterizam o mercado de trabalho quer da Península, quer da Área Metropolitana de Lisboa. De acordo com os dados do INE, os concelhos com maior poder de compra em 1997, em relação à média do país, eram os de Almada, Setúbal, Seixal e Barreiro, enquanto Palmela apresentava um valor inferior a todos outros concelhos. Recorde-se, que no conjunto destes concelhos concentra-se cerca de 70% do total da população residente na Península de Setúbal.

Observou-se ainda um crescimento mais acentuado nos salários dos trabalhadores com maiores níveis de habilitação escolar relativamente ao crescimento dos salários dos trabalhadores com níveis de habilitação escolar mais reduzidos. Este facto, se, por um lado, configura um carga simbólica positiva ao induzir um maior investimento na procura de educação como forma de aumentar os rendimentos do trabalho, por outro, parece-nos remeter para uma crescente dualização da estrutura social com as consequências que daí podem advir no que concerne à erosão dos níveis de coesão social.

Os riscos de uma crescente erosão dos níveis de coesão social são tanto maiores quanto se tem vindo a verificar ao longo das duas últimas décadas um aumento da presença de imigrantes⁸, com particular destaque para os de origem africana que têm constituído uma mão-de-obra barata e disponível para aceitar os empregos socialmente mais desqualificados, que ao viverem em condições precárias em guettos suburbanos se vêm excluídos das vantagens do desenvolvimento económico para que também contribuem.

(8) De acordo com as Estatísticas Demográficas do INE, o número de imigrantes legais no Distrito de Setúbal terá passado de 7.258 em 1981 para 16.372 em 1998.

Quadro 6*Evolução dos «salários» a preços de 1997 (1986=100)*

	1991		1996	
	1.º Ciclo	Superior	1.º Ciclo	Superior
Alcochete	92.8	147.4	92.4	127.8
Almada	135.9	149.3	145.5	132.0
Barreiro	101.3	121.8	109.5	108.5
Moita	103.6	127.0	115.6	151.9
Montijo	114.9	143.1	128.5	184.2
Palmela	117.5	114.7	133.6	134.7
Seixal	103.5	127.4	118.6	132.0
Sesimbra	114.0	108.6	135.6	88.5
Setúbal	96.0	138.9	103.6	140.5

Fonte: Quadros de Pessoal/MTS

No que respeita à comparação entre os restantes níveis de escolaridade, as diferenças remuneratórias não são tão significativas entre os que possuem quatro, seis e nove anos de escolaridade, o que pode evidenciar, não o efeito escolaridade, mas o efeito da qualificação profissional e a conseqüente valorização salarial das competências adquiridas ao longo da trajectória profissional bem como da experiência.

Os resultados obtidos parecem pois corroborar os princípios da teoria do capital humano que justifica a desigualdade salarial através do investimento que os trabalhadores fazem na sua educação/formação, apesar de se aceitar que o salário não é determinado unicamente por este tipo de investimento feito pelos trabalhadores, existindo características específicas das empresas que contribuem de igual modo para a explicação das diferenças salariais.

3. Estratégias de desenvolvimento competitivo para o século XXI: entre o PERLOVT e o PEDEPES

A cada vez maior inserção metropolitana da Península de Setúbal faz com que esta região seja atravessada por um conjunto de contradições decorrentes do choque entre um modelo de desenvolvimento industrial de cariz suburbano e a crescente terciarização que tem vindo a marcar o processo de desenvolvimento da Península na última década e meia. Esse choque traduz-se fundamentalmente no âmbito do ordenamento do território, das infraestruturas socio-culturais, das acessibilidades, dos serviços qualificados, etc. o que implica a definição de uma estratégia de desenvolvimento no quadro de um processo de especialização funcional do território cada vez mais vasto e concorrencial.

De facto, pensar o processo de desenvolvimento implica redefinir as hierarquias/redes que enformam a estrutura urbana, consolidar as actividades

industriais de maior valor acrescentado e potenciar a estruturação de um sistema regional de inovação capaz de criar as condições necessárias para um processo de desenvolvimento competitivo cada vez mais centrado na dinâmica dos actores locais. Trata-se de construir uma armadura urbana capaz de sustentar dinâmicas de regeneração económica dado que "a globalização da economia coloca em concorrência sistemas territoriais de produção que, para se manterem ou se desenvolverem, devem ser capazes de se transformar e de inovar" (Maillat, 1997: 27).

Contudo, para que a sustentabilidade de tais processos de desenvolvimento ocorra, é necessário assegurar a criatividade e o dinamismo dos sistemas regionais de inovação pelo que é cada vez mais necessário que o espaço urbano, enquanto lugar privilegiado para a emergência de serviços às empresas, desenvolva externalidades de proximidade, a qual deve ser não só geográfica mas também económica e cultural, de variedade e de acessibilidade. O problema que se nos coloca é que, estando nós a analisar um território inserido num espaço metropolitano, o qual assume configurações urbanas específicas, não correremos o risco de ver todos estes pressupostos anulados dada a tendência das metrópoles para "monopolizar os recursos da sua periferia em vez de os dinamizar" (Maillat, 1997: 28)?

É no quadro desta interrogação que nos parece relevante a análise de dois documentos de referência que têm por objectivo a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o território em análise. Estamos-nos a referir ao Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (PERLOVT) para a década de 2000-2010, da responsabilidade da CCRLVT (1999) e ao Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES), da responsabilidade da AMDS (2000), documento cuja versão final ainda não é pública.

Deixando de parte, pelo menos de momento, os pressupostos metodológicos em que assentou a elaboração dos documentos em análise⁹, um dos primeiros elementos a reter decorre das lógicas que parecem estar subjacentes às estratégias veiculadas em ambos os documentos. Assim, enquanto o primeiro documento aposta numa estratégia de inserção metropolitana da Península de Setúbal, o segundo procura evidenciar a especificidade dos seus problemas bem como a existência de uma identidade territorial própria. Serão estas duas lógicas conciliáveis à luz do pressuposto anteriormente enunciado? Um olhar mais detalhado permite-nos evidenciar outros elementos passíveis de contribuir para a compreensão das estratégias subjacentes a ambos os documentos e a partir daí procurar respostas para esta interrogação.

No que respeita ao documento da CCRLVT, este reconhece a existência de uma realidade dual em que a Área Metropolitana Sul (Península de Setúbal) surge como um território que tem desempenhado um papel subsidiário face à capital, nomeadamente devido à sua "grande dependência, relativamente a Lisboa, no que se refere ao emprego e a serviços especializados, funcionando como dormitório da

(9) Note-se que apesar de se tratar de iniciativas com origens distintas, a generalidade dos membros da equipa técnica responsável pela elaboração de ambas as propostas são os mesmos.

capital" (CCRLVT, 1999: 34), mas que apresenta vulnerabilidades e potencialidades específicas:

- maiores carências a nível de infra-estruturas e serviços de saneamento básico e equipamentos colectivos;
- maiores debilidades do sistema de transportes públicos;
- menores densidades de ocupação urbana;
- qualidade ambiental com presença de recursos naturais preservados;
- maior dinâmica demográfica.

Apesar do reconhecimento destas especificidades, o modelo de desenvolvimento estratégico preconizado não assume a identidade deste território com a consequente definição de objectivos estratégicos específicos. Contudo, ao definir como ambição transformar a Região de Lisboa e Vale do Tejo "numa região euroatlântica de excelência; numa região singular e competitiva no sistema das regiões europeias; num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial; numa plataforma de intermediação nacional e internacional, com actividades de perfil tecnológico avançado, numa terra de encontro, de tolerância e de igualdade de oportunidades" (CCRLVT, 1999: 148), sem dúvida que, pelas suas condições naturais e socioeconómicas, a Península será chamada a desempenhar um papel central na prossecução dessa ambição.

Por sua vez, o documento promovido pela AMDS, assumindo a ambição definida no âmbito do PERLOVT, não deixa de evidenciar um conjunto de debilidades competitivas distintas das que foram explicitadas no âmbito do documento anterior, a saber:

- Falta de coesão territorial da região e reduzida funcionalidade urbana;
- Défice de articulação entre os diferentes núcleos urbanos;
- Ameaças associadas à transformação da paisagem natural e do meio rural resultantes da forte pressão imobiliário-urbanística;
- Imagem da Península marcada por um espaço urbano desordenado e desqualificado;
- Défice qualitativo de serviços e equipamentos colectivos.

A estratégia de desenvolvimento territorial preconizada neste documento, para além de procurar explorar novas oportunidades decorrentes das potencialidades da emergência de uma plataforma logística de forte valor acrescentado e de pretender potenciar a melhoria dos equipamentos colectivos, enfatiza a necessidade de implementar um novo modelo de desenvolvimento territorial ao nível metropolitano menos hierárquico e mais polinucleado, por forma a criar as condições para a emergência de uma malha urbana mais potenciadora de vantagens territoriais cooperativas.

Não sendo os objectivos deste modelo de desenvolvimento territorial substancialmente distintos da preconizada equidade territorial e do funcionamento

mais coeso e coerente do conjunto da Região, ideias expressas no PERLOVT, o desafio que se nos parece colocar é o de saber até que ponto será possível o estabelecimento de um "contrato político" suficientemente consistente para permitir a deslocalização de alguns serviços avançados, actualmente concentrados em Lisboa, por forma a potenciar a emergência de novas polarizações.

Conclusão

A mudança de paradigma técnico-económico que caracteriza os processos de desenvolvimento contemporâneo, tem vindo a favorecer o questionamento das estratégias industriais assentes em vantagens comparativas, estratégias essas que caracterizaram o processo de desenvolvimento industrial da Península de Setúbal, particularmente até à crise da década de 70.

Várias foram as iniciativas públicas que, nomeadamente após o período de adesão à então Comunidade Europeia, procuraram lançar as bases para a implementação de um processo de desenvolvimento assente em vantagens competitivas dinâmicas com vista à criação de um território menos vulnerável às crises sociais e económicas.

Tais iniciativas procuraram criar as bases institucionais para a emergência de um sistema regional de inovação que, induzido pelos efeitos de arrastamento gerados por grandes projectos industriais de que a Autoeuropa é o expoente máximo, fosse capaz de garantir a diferenciação e a sustentabilidade necessária para a promoção de um processo de desenvolvimento territorialmente centrado e em que o conhecimento se pudesse afirmar como um elemento estruturante da sua base competitiva.

O balanço que hoje é possível realizar mostra-nos, contudo, que apesar das transformações quantitativas e qualitativas entretanto verificadas, e que passaram pela alteração da estrutura do emprego decorrente dos processos de desindustrialização e de terciarização, a Península vê-se confrontada com novas vulnerabilidades. Dessas vulnerabilidades assumem particular destaque o reduzido enraizamento territorial da generalidade dos projectos industriais promovidos por empresas multinacionais com os consequentes riscos de deslocalização daí decorrentes.

Aliás, o facto de nas duas últimas décadas se ter vindo a apostar numa estratégia de desenvolvimento industrial que privilegiou o apoio à localização de empresas multinacionais em detrimento do reforço da capacidade empresarial endógena, através do apoio à criação de redes de PMEs com capacidade inovadora, parece ter reforçado o "fatalismo" das crises cíclicas arrastadas por efeitos externos com os quais os actores locais têm dificuldade em lidar.

As vulnerabilidades que hoje atravessam o território da Península não se ficam só pelo modo como se estruturou o modelo de apoio à localização de investimentos produtivos. Elas estão igualmente presentes na incapacidade que se tem vindo a manifestar para potenciar uma maior integração metropolitana, sem contudo

destruir uma cultura industrial enraizada numa tradição que urge valorizar à luz do novo paradigma competitivo, bem como na manutenção de um mercado de trabalho fortemente dualizado pondo em risco a coesão social necessária à sustentabilidade de um processo de desenvolvimento assente no respeito pela dignidade humana.

É justamente no plano dos investimentos intangíveis, nos quais o capital humano assume particular destaque, que a Península parece não ter sido capaz de criar as condições necessárias para se integrar numa economia global guiada pelo conhecimento e pela inovação. Pelo contrário, ao não ter apostado nas capacidades endógenas, pode-se ter destruído um stock de capital humano e cultural essencial para a estruturação de uma identidade territorial diferenciadora e, como tal, passível de gerar vantagens competitivas específicas próprias de uma região inteligente.

A necessidade do estabelecimento de um "pacto político" suficientemente consistente e assumido pelos actores institucionais que aos níveis nacional, regional e local gerem os recursos materiais e humanos que constituem a argamassa de qualquer processo de desenvolvimento territorial, parece ser o desafio a assumir colectivamente por forma a estabelecer redes de cooperação geradoras de sinergias suficientemente fortes para alimentar um processo de desenvolvimento sustentável.

Bibliografia

- ALMEIDA, António José (1995) **Sistema Regional de Inovação e Competitividade Industrial**, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Mestrado.
- AMDS (2000) **Plano estratégico para o desenvolvimento da Península de Setúbal**, Setúbal, AMDS (disponível em www.setubalnarede.pt/pedepes/).
- AYDALOT, Ph. (ed.) (1984) **Crise & Espace**, Paris, Economica.
- AYDALOT, Ph. (ed.) (1986) **Milieux Innovateurs en Europe**, Paris, GREMI.
- BEAUMERT, François et al (1991) "Les stratégies locales de formation face aux implantations ou délocalisations d'entreprises et d'établissements" in BIRET, Jean e GENSBITTEL, M-H. (eds.) (1991) **Régions, Formation, Emploi: démarches et méthodes**, Paris, CEREQ.
- BENKO, Georges (1999) **A Ciência Regional**, Oeiras, Celta.
- BENKO, Georges et LIPIETZ, Alain (org) (1994) **As regiões ganhadoras**, Oeiras, Celta.
- BOYER, Robert (1987) **La Flexibilité du Travail en Europe**, Paris, La Découverte.
- BRACZYK, H-J et al (1998) **Regional innovation systems**, London, UCL Press.
- BRANDÃO MONIZ, António (1989) "A modernização da indústria portuguesa: análise de um inquérito sociológico" in **Economia e Sociedade**, nº1.
- BUREAU, M-C et al (1989) "Stratégie territoriale des entreprises et division spatiale du travail" in **Cahiers du Centre d'Études de l'Emploi, Innovation et Ressources Locales**, Paris, PUF, nº32.
- CASTELLS, Manuel (1998) **The information age: economy, society and culture**, Oxford, Blackwell.
- CATROGA, Eduardo (1991) "A estratégia da Sapex no contexto do desenvolvimento de Setúbal" in **Cadernos de Economia**, nº14.
- CCE (1993) **Innovation et Organisation**, DG-5 (document de travail).
- CCRLVT (1987) **Península de Setúbal: Estudo Preparatório da Operação Integrada de Desenvolvimento**, Lisboa, CCRLVT.
- CCRLVT(1991) **Estudo de Localização Industrial na Península de Setúbal**, Lisboa, CCRLVT, policopiado, 5 vol.
- CCRLVT (1999) **Plano estratégico da região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo – 2000/2010**, Lisboa, CCRLVT.

- CHAPPOZ, Yves (1999) "Les approches disciplinaires face au projet de territoire" in Gerbaux, Françoise (dir) **Utopie pour le territoire: cohérence ou complexité?**, Paris, l'Aube Éditions.
- CHILD, John et FAULKNER, David (1998) **Strategies of Co-operation**, Oxford, Oxford University Press.
- COLLETIS, G. et PECQUEUR, B. (1993) "Integration des espaces et quasi-intégration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives?" in **Revue d'Economie Regionale et Urbaine**, n°3.
- CORADO SIMÕES, Vitor (coord) (2000) **Investimento, Produtividade, Competitividade e Emprego: evolução sectorial**, Lisboa, OEFP, policopiado.
- COUTO, Alcino (1993) **Dinamismos Regionais e Indústria em Portugal**, Covilhã, UBI (Prova de Aptidão Científica e Pedagógica).
- DELAPLACE, M. (1993) "High tech et facteurs de localisation: une revue de la littérature" in **Revue d'Economie Regionale et Urbaine**, n°4.
- DUNFORD, Mick (1994) "Trajectórias industriais e relações sociais" in Benko, G. e Lipietz, A. **As regiões ganhadoras**, Oeiras, Celta.
- DUNNING, John H. (1997) **Alliance Capitalism and Global Business**, London, Routledge.
- DUPUY, C. et SAVARY, J. (1987) "Groupes étrangers et développement des régions françaises: une approche théorique" in FOURCADE, C. (1987) **Industries et Régions**, Paris, Economica.
- ESTEVES, Mª do Céu (1991) "O processo de desenvolvimento em Setúbal e Sines" in **Cadernos de Economia**, n°14.
- FEIO, Paulo Areosa (1998) **Território e Competitividade**, Lisboa, Colibri.
- FERRÃO, João (coord) (1997) **Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local**, Lisboa, ICS.
- FERRÃO, João (1985) "Recomposição social e estruturas regionais de classe (1970-81)" in **Análise Social**, n° 87-88-89, vol. XXI.
- FERRÃO, João (1992) **Serviços e Inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional**, Oeiras, Celta Editora.
- FERRÃO, João (1998) **Educação, sociedade cognitiva e regiões inteligentes: uma articulação promissora**, Lisboa, ICS, (documento de trabalho policopiado).
- FERREIRA, Joel Hasse (1991) "Factores de atracção do investimento em Setúbal" in **Cadernos de Economia**, n°14.
- FREEMAN, Ch. et SOETE, Luc (1987) **Technical Change and Full Employment**, London, Basil Blackwell.
- FREIRE DE SOUSA, Fernando (1999) **A Vantagem Competitiva das Nações: polémicas e derivações**, Matosinhos, Contemporânea.
- GAFFARD, J-L(1986) "Restructuration de l'espace économique et trajectoires technologiques" in AYDALOT, Ph. (ed.) **Milieus Innovateurs en Europe**, Paris, GREMI.
- GERBAUX, Françoise (dir) (1999) **Utopie pour le territoire: cohérence ou complexité?**, Paris, l'Aube Éditions.
- GUERRA, Isabel (1993) "Transformações urbanas e modos de vida da Península de Setúbal, 1974-1986" in APS (1993) **Estruturas sociais e desenvolvimento**, Lisboa, Fragmentos, vol. II.
- GUIMARÃES, Mª Helena (1990) **Qualificação do Trabalho e Comércio Internacional**, Braga, Universidade do Minho (Tese de Mestrado).
- GUINET, Jean (1999) "Libertar o potencial de inovação: o papel do governo" in **Economia & Prospectiva**, n° 10, pp. 53-80.
- HALL, Peter (1985) "Technology, Space and Society in Contemporary Britain" in CASTELLS, M. (eds.) **High Technology, Space and Society**, California, Sage.
- KAHN, R. (1993) "Facteurs de localisation, compétitivité et collectivités territoriales. Collectivités locales et économie mondiale" in **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, n°2.
- KIRAT, T. (1993) "Innovation technologique et apprentissage institutionnel: institutions et proximité dans la dynamique des systèmes d'innovation territorialisés" in **Revue d'Economie Regionale et Urbaine**, n°3.
- KOVACS, Ilona (1993) "Novo paradigma produtivo e requisitos de ensino-formação" in APS (1993) **Estruturas sociais e desenvolvimento**, Lisboa, Fragmentos, vol. II.
- KOVÁCS, I. et CASTILLO, J. J. (1998) **Novos modelos de produção**, Oeiras, Celta.

- LIMA, Marinús (1981) "A evolução do trabalho operário nas indústrias de construção e reparação navais" in **Análise Social**, nº 67-68-69, vol. XVII.
- LIMA, Marinús et al (1992) **A acção sindical e o desenvolvimento**, Lisboa, Edições Salamandra.
- LOPES, Raul (1998) **Dinâmicas de Competitividade Territorial**, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Doutoramento.
- LUNDEVALL, Bengt-Ake (ed.) (1992) **National Systems of Innovation**, London, Pinter Publishers.
- MAIA, Plácido (coord) (2000) **Deslocalização de empresas e emprego**, Lisboa, OEFP, policopiado.
- MAILLAT, Denis (1997) "Milieux innovateurs et nouvelles générations de politiques régionales" in FERRÃO, João (coord) **Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local**, Lisboa, ICS.
- MATEUS, Augusto, et al (2000) "Pirâmide de competitividade territorial das regiões portuguesas" in **Estudos Regionais**, 2º semestre.
- MAURICE, Marc et al (1982) **Politique d'Éducation et Organisation Industrielle en France et en Allemagne**, Paris, PUF.
- MIL-HOMENS, Rui (1991) "O investimento industrial na Península de Setúbal" in **Cadernos de Economia**, nº14.
- MPAT (1987) **Península de Setúbal: Operação Integrada de Desenvolvimento**, Lisboa MPAT.
- OLIVEIRA DAS NEVES, António (coord) (1993) **Impacto do projecto Ford/Wolkswagen no emprego na área da Península de Setúbal**, Lisboa, CIDE, policopiado.
- PAVITT, K. (1984) "Sectorial Patterns of Technical Change: Towards a Taxonomy and Theory" in **Research Policy**, nº 13.
- PERRAT, J. (1993) "Innovation, territoire et nouvelles formes de la régulation: de la proximité à l'externalité" in **Revue d'Economie Regionale et Urbaine**, nº3.
- PORTER, Michael (1990) **The Competitive Advantage of Nations**, Hong Kong, The Macmillian Press.
- PRETO, José Barata (1991) "Setúbal tem uma estratégia industrial?" in **Cadernos de Economia**, nº14.
- PYKE, F. et SENGENDERGER, W. (eds) (1992) **Industrial Districts and Local Economic Regeneration**, Geneva, ILO Publications.
- RALLET, A. (1993) "Choix de proximité et processus d'innovation technologique" in **Revue d'Economie Regionale et Urbaine**, nº3.
- RATTI, Remigio (1992) **Innovation technologique et développement régional**, Bellinzona, Méta-Editions.
- REGO, José Sousa et al (1992) **Estudo da avaliação dos recursos humanos na área das tecnologias de informação e electrónica**, Lisboa, TDC/Fundetec/Dinâmia, policopiado.
- REIS, José (1988) "Sistemas produtivos locais" in **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 25/26.
- REIS, José (1992) **Os Espaços da Indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal**, Porto, Afrontamento.
- RODRIGUES, Mª J. (1991) **Competitividade e Recursos Humanos**, Lisboa, D. Quixote.
- SALAVISA, Isabel (1991) **A emergência de um novo paradigma técnico-económico e os pequenos países: o caso de Portugal**, Lisboa, Dinâmia, policopiado.
- SANTOS, Boaventura S. (1985) "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português" in **Análise Social**, nº 87-88-89, vol. XXI.
- SANTOS, Boaventura S. (1990) **O Estado e a Sociedade em Portugal**, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura S. (1994) **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**, Porto, Afrontamento.
- SIMÕES, V. Corado (1985) "Investimento Estrangeiro e Inovação em Portugal" in **Caderno de Ciências Sociais**, nº 3.
- SIMÕES, V. Corado (1993) **Impacto do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na Estrutura Industrial Portuguesa**, Lisboa, DGI/PEDIP.
- SOUSA, Fátima (1989) "Para uma abordagem sistémica da classe empresarial portuguesa" in **Economia e Sociedade**, nº1.
- STOHR, W. (1986) "Territorial Innovation Complexes" in AYDALOT, Ph. (ed.) **Milieux Innovateurs en Europe**, Paris, GREMI.
- UAOID/PS (1994) **Relatório de avaliação**, Lisboa, CESO, policopiado.

Equipa de investigação

António José Almeida

Isabel Faria Vaz

José Rebelo

Maria Amélia Marques

Nelson Ramalho

Paulo Inácio

Pedro Dominginhos